

# Seminário debate como Constituinte tratará economia

29 MAI 1985



Do Reportagem Local

Na elaboração de uma nova Constituição, é fundamental, diante da complexidade dos problemas enfrentados pelo País, que todas as questões relativas à ordem econômica e social sejam tratadas da forma mais abrangente e precisa possível. Esta foi uma das conclusões do seminário "A Questão Econômica na Constituinte", aberto ontem à noite na PUC, sob a coordenação do Conselho Regional de Economia, Departamento de Economia da PUC e o Centro Acadêmico Leão 13.

O seminário, que prosseguirá até sexta-feira próxima, debateu ontem o tema "Constituinte e Economia: o que mudar?" Com início às 20h, as sessões abordarão os seguintes temas, com seus respectivos conferencistas: "Direitos Econômicos", hoje (Luiz Carlos Bresser Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Francisco de Oliveira e Sílvia Schor; "Democratização da Informação Econômica", amanhã (Luciano Coutinho, Walter Barelli, Eduardo Suplicy, Carlos Alberto Longo e Herbert Levy); "Controles Democráticos da Política Econômica", sexta-feira (João Cardoso de Mello, Paul Singer, José Carlos de Souza Braga e Adroaldo Moura da Silva).

## Desigualdades

Na sessão de ontem, o senador do PMDB paulista, empresário Severo Gomes, 60, colocou o problema das desigualdades sociais e regionais no País como a questão central da Constituinte. Procurou mostrar que as democracias "funcionam muito bem" em sociedades homogêneas, "quando as distâncias de renda são pequenas, facilitando a negociação, como é o caso da Suécia, Alemanha e Inglaterra, entre outros países".

Mas quando é enorme a distância das desigualdades, como no caso brasileiro, a questão é mais complexa, pois, para Severo Gomes, "de um lado a fome é inegociável e de outro lado se diz não à dívida interna, à correção monetária e outros temas. Na medida em que esse jogo de forças impede o alcance da redução das desigualdades, surge um período de perturbação social e aparecem muitos dizendo que o povo brasileiro não está preparado para a democracia".

Segundo o senador, ocorre em seguida o retrocesso e daí o povo "não poderá ter voz para abrir espaço diante da ação dos grupos dominantes dentro da máquina do poder". Acrescenta que "as desigualdades são aumentadas, até um ponto em que os próprios grupos dominantes não se satisfazem com a gestão do poder e aí vai se marchando para a democracia".

FOLHA DE SÃO PAULO

29 MAI 1985

## Constituições

José Carlos de Souza Braga, 37, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, lamentou que as últimas Constituições não trataram de forma satisfatória a questão econômica e social. Na última (1967), principalmente, ele detecta um processo bastante forte de centralização do Executivo nos poderes de ação na área econômica, e "uma profunda superficialidade a respeito do tratamento dessas questões".

Braga defende uma Constituição mais abrangente e precisa na definição das várias questões de ordem econômica e social, especialmente no tocante ao capital estrangeiro, "que precisa de melhores definições quanto aos mercados para sua atuação, particularmente no que diz respeito aos seus volumes de participação".

Outro aspecto importante é no que se refere ao setor financeiro, principalmente quanto à participação do sistema bancário, que na sua opinião deve ficar sob controle de capitais nacionais, "para evitar que forças do mercado venham a promover a internacionalização do segmento".

ANC 88  
Pasta 03-05/85  
144/1985